DECRETO Nº 2.538, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Delega a função de ordenador de despesas aos Secretários e Diretores Municipais, no âmbito de suas respectivas Secretarias e Diretorias, com vistas à descentralização e eficiência da gestão financeira municipal, em observância às normas de regência e aos princípios da administração pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO, GILBERTO NASCIMENTO BERTOLINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Espírito Santo do Turvo, e com fundamento no art. 80, § 1º, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

CONSIDERANDO a necessidade de descentralizar a gestão financeira municipal, visando promover a eficiência e a responsabilização na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Município de Espírito Santo do Turvo permite a delegação nos termos do § 3º, do artigo 85, por decreto, de funções administrativas que não sejam de competência exclusiva do Prefeito, **D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica delegada aos Secretários e Diretores Municipais a competência para exercer a função de ordenador de despesas no âmbito de suas respectivas Secretarias e Diretorias.

§ 1º. A delegação de que trata o *caput* deste artigo compreende as atribuições relacionadas à autorização e execução de despesas, incluindo a emissão de empenhos, ordens de pagamento e outros atos inerentes à gestão orçamentária e financeira, observados os limites das dotações orçamentárias correspondentes.

Art. 2º. Os Secretários e Diretores Municipais, no exercício da função de ordenador de despesas delegada por este Decreto, deverão observar rigorosamente as normas de gestão financeira pública, em especial:

I - a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

III - a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e nos contratos sob a vigência da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

IV - a legislação municipal pertinente, incluindo a Lei Orgânica do Município de Espírito Santo do Turvo e as leis orçamentárias anuais.

Parágrafo único. Os Secretários e Diretores Municipais deverão zelar pela estrita

observância dos princípios da administração pública, notadamente a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, bem como promover a racionalização dos gastos e a efetiva aplicação dos recursos em benefício do interesse público, em especial:

I - a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

III - a legislação municipal pertinente, incluindo a Lei Orgânica Municipal e as Leis Orçamentárias - PPA – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias anuais.

Art. 3º. O setor contábil e financeiro do Município, deverá estabelecer procedimentos de controle específicos para o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária e financeira descentralizada, com ênfase na legalidade, eficiência e transparência dos gastos públicos.

Art. 4º. Os Secretários e Diretores Municipais deverão participar de capacitações e reuniões periódicas como corresponsáveis pelos orçamentos do exercício vigente e os orçamentos futuros, aplicando as normas de gestão financeira pública e os procedimentos internos relacionados à ordenação de despesas, a serem promovidas pelo setor municipal competente.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Espírito Santo do Turvo, 29 de abril de 2025.

GILBERTO NASCIMENTO BERTOLINO:35576096851

Assinado de forma digital por GILBERTO NASCIMENTO BERTOLINO:35576096851
Dados: 2025.04.29 13:54:44 -03'00'

GILBERTO NASCIMENTO BERTOLINO
Prefeito Municipal

Registrado nessa procuradoria sob
N° 2538 em 29/04/2025
Fls n°_____ Livro n°
Publicado nos termos do art. 99 da lei orgânica deste Município.